

2016/2017



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MORGADO DE MATEUS

Projeto de Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento (PDCA)



Design gráfico: Anabela Queijas

Índice

INTRODUÇÃO:.....	4
1. PRIORIDADES EDUCATIVAS	5
1.1. PROJETO EDUCATIVO	5
1.2. PRIORIDADES NA AÇÃO EDUCATIVA	5
2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	5
2.1.DESENHO CURRICULAR	5
2.1.1. EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR	5
2.1.2. ENSINO DO PRIMEIRO CICLO	6
2.1.3. ENSINO DO SEGUNDO CICLO:	6
2.1.4. ENSINO DE TERCEIRO CICLO:	7
2.1.5.ENSINO SECUNDÁRIO	8
2.1.6. ENSINO CURSOS VOCACIONAIS.....	9
2.2. OFERTA COMPLEMENTAR	11
2.2.1.FORMAÇÃO CÍVICA	11
2.2.2.INICIAÇÃO À PROGRAMAÇÃO.....	12
2.3. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR.....	15
2.4. PROJETOS / CLUBES	15
2.5. ENSINO ARTICULADO	16
2.6. OUTROS PROJETOS DE APOIO EDUCATIVO.....	16
2.6.1. Turma Morgado Mais Sucesso	16
2.6.2. Oficinas de Aprendizagem	17
2.6.3. Filosofia em A7.....	17
2.7. SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO – SPO	18
2.8. BIBLIOTECA ESCOLAR.....	18
2.9. TUTORIAS	19
2.10 PROVEDOR DO ALUNO	19
3. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS LETIVOS.....	20
3.1. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DAS TURMAS.....	20
3.2. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DOS ALUNOS	21
3.3. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE	23
3.4. CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR DE TURMA	24
4. METAS / FINAL DE CICLO	25

5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	25
5.1. PLANO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DE TURMA	25
5.2. ORIENTAÇÕES PARA AS METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	26
5.3. ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO CURRICULAR	27
5.4. ORGANIZAÇÃO DOS APOIOS EDUCATIVOS.....	27
5.5. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (DECRETO-LEI 3/2008)	28
PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (DECRETO-LEI 3/2008).....	29
6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	31
6.1. Avaliação das aprendizagens	31
6.1.2. EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR.....	31
6.1.3. ENSINO DO PRIMEIRO CICLO	33
6.1.4. ENSINO DE SEGUNDO E TERCEIRO CICLO	37
6.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO	38
6.1.6. ENSINO DOS CURSOS VOCACIONAIS.....	39
6.1.7. ENSINO PROFISSIONAL	43
6.2. CRITÉRIOS PARA A PROGRESSÃO E /OU RETENÇÃO DOS ALUNOS EM ANOS NÃO TERMINAIS.	46
7. AVALIAÇÃO DO PDC.....	47

INTRODUÇÃO:

Num sentido amplo, educação é um processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do indivíduo a fim de que ele possa atuar numa sociedade em busca de objetivos coletivos. Para tal, devemos considerar o homem como um ser intelectual, consciente das suas possibilidades e limitações, capaz de compreender e refletir sobre a realidade do mundo em que se insere, considerando o seu papel de transformação na sociedade e no respeito pelas diferenças individuais de cada um.

Nesta perspetiva, o Projeto de Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento pretende ser o meio facilitador da organização de dinâmicas de mudança que conduzam o ato educativo a uma dimensão ampla “do ser, do formar-se, do transformar-se, do decidir, do intervir, do viver e do conviver com os outros”¹ e não apenas do saber.

O desafio consiste na capacidade de articulação de saberes baseada na existência de processos de reflexão e análise em função das especificidades do meio escolar e do contexto social e económico envolvente.

A publicação, em 5 de julho, do Decreto-Lei n.º 139/2012 e de acordo com alínea e) do artigo 3º, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, prima pelo reforço da autonomia pedagógica e organizativa das escolas na gestão do currículo e uma maior liberdade de escolha de ofertas formativas.

O presente Projeto de Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento, documento que, tendo como referências as áreas prioritárias estabelecidas no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus e o Currículo Nacional, se pretende seja um referencial para a ação educativa de todas as escolas do Agrupamento, orientando a atuação dos agentes educativos no sentido de uma maior articulação e cooperação, fomentando uma cultura de reflexão, através da qual se pretende, por um lado, dinamizar e envolver o Agrupamento com a restante comunidade e, por outro, contribuir para o sucesso educativo dos alunos.

O Projeto de Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento deve ser entendido como um documento orientador, devendo ser submetido a uma avaliação periódica e subsequente alteração, em função das exigências e necessidades dos seus intervenientes.

¹ In *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, coordenada por Jacques Delors

1. PRIORIDADES EDUCATIVAS

1.1. PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo do Agrupamento estabelece as áreas prioritárias de intervenção cujo plano estratégico passa pelos domínios, prioridades, estratégias e responsáveis da ação.

1.2. PRIORIDADES NA AÇÃO EDUCATIVA

Desempenho escolar

Diminuição de alunos

Famílias desestruturadas e de baixos rendimentos

Participação da comunidade na vida da Escola

Motivação de Pessoal Docente e Não Docente

2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.1. DESENHO CURRICULAR

2.1.1. EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR

Todo o trabalho de preparação, planificação, implementação e avaliação das atividades terá de ter como referenciais as Orientações Curriculares para a educação pré-escolar, as Metas de Aprendizagem, o Projeto Educativo, o Projeto de Desenvolvimento do Currículo e o Plano Anual de Atividades, devidamente contextualizado em função da realidade escolar onde o Jardim de Infância está inserido. A planificação assentará numa perspetiva sistémica/ecológica e numa abordagem transversal e interdisciplinar das áreas de conteúdo, que compõem as Orientações Curriculares para este nível de educação. É importante que o trabalho incida sobre quatro vertentes: JARDINS-DE-INFÂNCIA/ CRIANÇAS; PAIS; COMUNIDADE EDUCATIVA; TRANSVERSALIDADE dos vários subsistemas (Comunidade Educativa/ pais/ Jardins de infância).

Áreas de conteúdos

- Área da Formação Pessoal e Social
- Área de Expressão/Comunicação
 - Domínio das Expressões:
 - Motora
 - Dramática
 - Plástica
 - Musical
 - Domínio da Linguagem/Abordagem à escrita

- Domínio da matemática
 - Área do Conhecimento do Mundo
- Total: 25 horas

2.1.2. ENSINO DO PRIMEIRO CICLO

Componentes do currículo	Carga horária semanal
Português	8 horas
Inglês a)	2 horas
Matemática	8 horas
Estudo do Meio	3 horas
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	3 horas
Apoio ao Estudo	2 horas
Oferta Complementar – Formação Cívica b)	1 hora
Tempo a cumprir	25 horas
Atividades de Enriquecimento Curricular: Ensino do Inglês, Atividades lúdico-expressivas e Atividade Física e Desportiva	5 horas c)
Educação Moral e Religiosa Católica d)	
Total Global	30horas

- a) Apenas para o 3º e 4º anos do ensino básico.
- b) Na escola Básica de Abade de Mouços manter-se-á o projeto de “Iniciação à Programação Informática”, destinado a alunos de 3º e 4º anos.
- c) Para os alunos de 3º e 4º anos a carga horária semanal será apenas de 3 horas e não incluirá o Ensino do Inglês.
- d) Os alunos que optarem por Educação Moral e Religiosa Católica reduzirão 1 hora à carga semanal das Atividades de Enriquecimento Curricular

2.1.3. ENSINO DO SEGUNDO CICLO:

Componentes Curriculares		Carga horária semanal (x90 minutos)	
		5.º Ano	6.º Ano
Línguas e Estudos Sociais	Português	3 (90+90+90)	3 (90+90+90)
	Língua Estrangeira - Inglês	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
	História e Geografia de Portugal	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
Matemática e Ciências	Matemática	3 (90+90+90)	3 (90+90+90)
	Ciências Naturais	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
Educação Artística e Tecnológica	Educação Visual	1 (90)	1 (90)
	Educação Tecnológica	1 (90)	1 (90)
	Educação Musical	1 (90)	1 (90)
Educação Física	Educação Física	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
Oferta Complementar	Formação Cívica	0,5 (45)	0,5 (45)
Total		15,5	15,5
Opcional	E.M.R.C	1 (45)	1 (45)

2.1.4. ENSINO DE TERCEIRO CICLO:

Componentes Curriculares		Carga horária semanal (x90 minutos)		
		7.º Ano	8º Ano	9.º Ano
Línguas	Português	2,5(90+90+45)	2,5 (90+90+45)	2,5 (90+90+45)
	Inglês	1,5 (90+45)	1 (90)	1,5 (90+45)
	Francês	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)	1 (90)
	Espanhol	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)	1 (90)
Ciências Humanas e Sociais	História	1 (90)	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
	Geografia	1,5 (90+45)	1 (90)	1,5 (90+45)
Matemática	Matemática	2,5 (90+90+45)	2,5 (90+90+45)	2,5 (90+90+45)
Ciências Físicas e Naturais	Ciências Naturais	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
	Físico - Química	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
TIC (b)	TIC	1 (90)	1 (90)	1 (90)
Expressões e Tecnologias	Educação Visual	1 (90)	1 (90)	1,5 (90+45)
	Ed. Tecnológica	-----	1 (90)	-----
	Música	1 (90)	-----	-----
Educação Física	Educação Física	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)	1,5 (90+45)
Total		19,5	19	18,5
Opcional	E.M.R.C	0,5 (45)	0,5 (45)	0,5 (45)

a) No 7º e 8º ano a disciplina de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), rege-se em regime de alternância semestral com a disciplina de oferta de escola de Música no 7º ano e de Educação Tecnológica no 8º ano.

2.1.5.ENSINO SECUNDÁRIO

Cursos Científico-Humanísticos.

CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga horária semanal (x 90 minutos)		
		10º	11º	12º
Geral	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira	2	2	-
	Filosofia	2	2	-
	Educação Física	2	2	2
Específica	Matemática A	3	3	3
Opções	Física e Química A	3,5	3,5	-
	Biologia e Geologia	3,5	3,5	-
	Desenho e Geometria Descritiva A	3	3	-
	Biologia;	-	-	2
	Geologia;	-	-	2
	Física;	-	-	2
	Química.	-	-	2
	Aplicações Informáticas B	-	-	2
Total	Psicologia B	-	-	2
	Língua Estrangeira	-	-	2
Total		17,5 ou 18	17,5 ou 18	11,5
Educação Moral e Religiosa Católica		1	1	1

LÍNGUAS E HUMANIDADES

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga horária semanal (x 90 minutos)		
		10º	11º	12º
Geral	Português	2	2	2,5
	Língua Estrangeira	2	2	-
	Filosofia	2	2	-
	Educação Física	2	2	2
Específica	História A	3	3	3
Opções	Geografia A	3	3	-
	Língua Estrangeira - Alemão	3,5	3,5	-
	Psicologia B	-	-	2
	Filosofia A	-	-	2
	Sociologia	-	-	2
Total	Aplicações Informáticas B	-	-	2
	Total	17,5 ou 18	17,5 ou 18	13
Educação Moral e Religiosa Católica		1	1	1

2.1.6. ENSINO CURSOS VOCACIONAIS

2.1.6.1 – Secundário de Desporto

	Componentes	Carga horária
Formação Geral	Português	110h (2+2)
	Comunicar em Inglês	110h (2)
	Ed. Física	80h (2+1)
Formação Complementar	Matemática Aplicada	50h (2)
	Oferta de escola -TIC	100h (2)
Formação Vocacional	UFCD	365h (2+2+2+2+2+2+2)
	Com e Rel.Inter- FCT4	110h (2)
	Empreendedorismo- FCT3	110(2+2)
	Ed. Física- FCT1	150(2+2+2)
TOTAL		1185

2.1.7 ENSINO PROFISSIONAL — CURSOS PROFISSIONAIS

TÉCNICO DE ANIMAÇÃO DE TURISMO

Componente		Carga horária		
		1º ano	2º ano	3º ano
Sociocultural	Português	130h (2+2+1)		
	Inglês	75 (2+1)		
	A. de Integração	75(2+2)		
	Ed. Física	54 (2)		
	TIC	56 (2)		
Científica	História e Cultura das Artes	78 (3)		
	Geografia	78 (1+2)		
	Matemática	50 (2)		
Tecnológica	Animação turística	150(3+2+1)		
	Comunicação em animação turística	125(3+2)		
	Empreendedorismo	25(1)		
	Economia	25(1)		
	Jogos populares tradicionais	25(1)		
	Inglês Técnico	25(1)		
Formação em Contexto de Trabalho		0		

TÉCNICO AUXILIAR DE SAÚDE

Componente		Carga horária		
		1º ano	2º ano	3º ano
Sociocultural	Português	174 (2+2+1)	80 (2+2)	110(2+2+2)
	Inglês	100 (2+1)	80 (2+2)	65(2+1)
	A. de Integração	134 (2+2)	80 (2)	40(2)
	Ed. Física	82 (2)	39 (2)	39(2)
	TIC	72 (2)	46(2)	0
Científica	Matemática	134 (2+2)	40(2)	60(2+1)
	Física e Química	66 (2)	42(2)	58(2+1)
	Biologia	94 (2+1)	40 (2)	40(2)
Tecnológica	Saúde	180 (2+2+1)	120 (3+3)	100(2+3)
	Serviços e Cuidados de Saúde	108 (2+1)	68 (2+2)	51(3)
	Comunicação e Relações Interpessoais	72 (2)	45(2)	80(3+1)
	Higiene, Segurança e Cuidados Gerais	174 (2+2+1)	120 (3+3)	120(3+2+1)
Formação em Contexto de Trabalho		0	300horas	300 h

TÉCNICO DE MULTIMÉDIA

Componente		Carga horária		
		1º ano	2º ano	3ºano
Sociocultural	Português	174 (2+2+1)	80 (2+2)	110(2+2+2)
	Inglês	100 (2+1)	80 (2+2)	65(2+1)
	A. de Integração	134 (2+2)	80 (2+2)	40(2)
	Ed. Física	82 (2)	39 (2)	39(2)
	TIC	72 (2)	46(2)	0
Científica	História da Cultura e Das Artes	94 (2+1)	40 (2)	40(2)
	Matemática	100 (2+1)	59 (2+1)	66(2+1)
	Física	94 (2+1)	40(2)	40(2)
Tecnológica	Sistemas de Informação	94 (2+1)	70 (3)	70(2+2)
	Design, Comunicação e Audiovisuais	160 (2+2+1)	120(3+2)	110(3+3)
	Técnicas Multimédia	180 (2+2+2)	135 (3+2+1)	130(3+3)
	Projeto e Produção Multimédia	66 (2)	50 (3)	40(2)
Formação em Contexto de Trabalho		0	300 horas	300 horas

2.2. OFERTA COMPLEMENTAR

2.2.1.FORMAÇÃO CÍVICA

FINALIDADE

- Desenvolver competências necessárias ao exercício de cidadania

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA DE OFERTA COMPLEMENTAR- FORMAÇÃO CÍVICA

- Desenvolver atitudes de autoestima, respeito mútuo e regras de convivência que conduzam à formação de cidadãos autónomos, participativos e civicamente responsáveis;
- Promover valores de tolerância e solidariedade;
- Proporcionar o diálogo e a reflexão sobre questões relativas à participação/ atuação individual e coletiva nos diferentes espaços da escola, recorrendo a atitudes, normas e valores que visem a sua preservação e melhoria;
- Consciencializar os alunos para a importância das relações humanas e a existência de regras de conduta social;
- Promover a adoção de hábitos de vida saudável.

ATIVIDADES / METODOLOGIAS

As atividades a desenvolver, assim como os objetivos específicos, constarão da planificação elaborada pelo Professor Titular de Turma e pelo Diretor de Turma/Conselho de Turma em consonância com o Projeto Educativo e o Plano Anual de Atividades e que constará do Plano de Apoio Pedagógico de Turma.

INTERVENIENTES

A Formação Cívica é planificada e gerida pelo Professor Titular de Turma, no primeiro ciclo, e em Conselho de Turma, nos 2º e 3º ciclos, sendo a sua operacionalização, neste último caso, da responsabilidade do Diretor de Turma.

O trabalho a realizar obedece a uma Planificação na qual deverão constar os temas a desenvolver, os objetivos, as experiências de aprendizagem, os recursos mobilizados e a calendarização.

AVALIAÇÃO

A avaliação desta disciplina de oferta complementar caracteriza-se por ser descritiva, no primeiro ciclo, com atribuição de uma menção qualitativa, no final dos períodos letivos, baseada na autorreflexão, no conhecimento que o aluno tem de si próprio e da sua evolução

Nos 2º e 3º ciclos esta oferta está sujeita a uma avaliação quantitativa sem efeitos na progressão dos alunos, mas com repercussão no mérito. A sua avaliação é da responsabilidade do Conselho de Turma, devendo os alunos sentir que o trabalho realizado é considerado por todos os professores.

Os Parâmetros de Avaliação encontram-se no quadro abaixo indicado.

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE FORMAÇÃO CÍVICA

1º ciclo

- Saber Ser - Relações interpessoais
- Saber Estar - Educação para a saúde
- Saber Fazer - Educação ambiental
- Oralidade
- Leitura e Escrita

2º e 3º ciclos

- Relacionamento interpessoal
- Sentido de responsabilidade
- Espírito cívico e democrático

2.2.2. INICIAÇÃO À PROGRAMAÇÃO

CONCEITOS

O pensamento computacional define competências e habilidades que se tornam fundamentais para o efetivo domínio da tecnologia por todos, em um mundo em que os dispositivos computacionais são cada vez mais importantes. Incorporar o pensamento computacional à educação básica envolve a análise sistemática de sua potencial sinergia com outras áreas do conhecimento. Resolver um problema aplicando o pensamento computacional significa reduzir problemas grandes e aparentemente insolúveis em problemas menores e mais simples de resolver. Isso exige a capacidade de pensar de forma abstrata e em múltiplos níveis, e não a mera aplicação de técnicas de programação. O pensamento computacional é hoje

entendido como uma das habilidades intelectuais básicas de um ser humano, comparada à ler, escrever e fazer operações aritméticas. O pensamento computacional é transversal a todos os saberes e combina a matemática, a engenharia, as ciências e a lógica. O pensamento computacional não é uma habilidade mecânica ou utilitária, mas algo que permite a resolução de problemas diversos utilizando um recurso ubíquo na sociedade atual – os computadores – e por isso deveria ser desenvolvido por todos os estudantes. É a maneira na qual pessoas pensam, e não os computadores. A resolução de problemas através do pensamento computacional é um tratamento específico do problema de forma que ele possa ser resolvido por computadores, e não uma redução do raciocínio para simular o processamento do computador introduzir o pensamento computacional no ensino básico significa fomentar o interesse pela área da computação, mostrando a sua versatilidade e relevância na resolução de problemas do mundo atual. Evidentemente, nem todos os alunos inscritos no ensino básico farão uma graduação em computação, mas essa estratégia educacional pode criar e intensificar relações interdisciplinares da computação com outras áreas. O lançamento do projeto “Iniciação à Programação” no 1º ciclo poderá impulsionar o uso das novas tecnologias que têm vindo a assumir um papel cada vez mais relevante nas nossas salas de aula e desenvolver o pensamento computacional nas crianças, e ainda promover o ensino da programação nas novas gerações.

OBJETIVOS

- Identificar um problema a resolver ou conceber um projeto desenvolvendo perspetivas interdisciplinares e contribuindo para a aplicação do conhecimento e pensamento computacional em outras áreas disciplinares.
- Desenvolver competências nas restantes áreas disciplinares, em articulação com o professor titular da turma.
- Resolver problemas, criar histórias animadas e construir jogos com recurso ao desenvolvimento de programas informáticos.
- Analisar problemas e decompondo-os em partes.
- Desenvolver as capacidades de discussão, reflexão, cooperação, solidariedade e respeito pelo outro.
- Desenvolver a autonomia, a criatividade e a responsabilidade.
- Desenvolver as capacidades de pesquisa, seleção e tratamento da informação.
- Usar as Tecnologias da Informação e Comunicação de forma responsável, competente, segura e criativa.

METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS

Utilização da Metodologia de Projeto, que se baseia na investigação, análise e resolução de problemas em trabalhos individuais ou em grupo. O professor será responsável pelo acompanhamento, coordenação e avaliação da elaboração de tarefas e sua divulgação. Algumas sessões serão expositivas/demonstrativas mas na sua maioria de carácter prático. Estas sessões terão como principal objetivo dotar os alunos de competências essenciais no que diz respeito ao pensamento computacional. No decorrer das aulas serão resolvidos vários exercícios práticos com integração de vários conteúdos, com o objetivo de identificar as principais funcionalidades dos ambientes de programação. Sendo para os alunos uma aprendizagem nova no que diz respeito a aplicações e conceitos, os docentes responsáveis utilizarão a projeção para exemplificar e/ou demonstrar esses conceitos e aplicações, explorar apresentações multimédia e vídeos referentes à temática do pensamento computacional. Será também importante promover o diálogo, conduzindo à participação de todos os alunos no desenvolvimento das atividades propostas. No início do próximo ano letivo os docentes responsáveis pelo projeto e em articulação com os professores titulares das turmas envolvidas, irão melhorar este projeto, e escolher se iniciaram o ano letivo com o software Scratch ou Kodu. As atividades só serão planificadas e desenvolvidas depois de se conhecer o grupo de alunos com que se vai trabalhar os conteúdos. As planificações serão feitas em colaboração com os professores titulares de turma tendo em conta os interesses/ideias dos alunos envolvidos no projeto.

ARTICULAÇÕES

Para a concretização do Projeto Iniciação à Programação no 1º Ciclo, os docentes que ficarão responsáveis pela sua implementação, irão explorar capacidades transversais dos alunos. Assim, serão feitas articulações com as outras áreas disciplinares como por exemplo Matemática, Estudo do Meio, Português e Expressões. Serão elaborados projetos de apoio ao cálculo (matemática), apoio ao meio envolvente (estudo do meio), e apoio à leitura e compreensão escrita (português e expressões).

AValiação da Aprendizagem

Para avaliarmos o progresso dos alunos é necessário saber identificar, reunir e utilizar evidências para fazer as avaliações das aprendizagens dos alunos no desenvolvimento do

pensamento computacional. É importante fazer o registo sistemático e exaustivo, mantendo-o sempre atualizado nomeadamente no que diz respeito a informação relativa aos processos e produtos da aprendizagem dos alunos, diversificando fontes de obtenção de evidências. Pretende-se que a avaliação seja predominantemente formativa tendo como base os seguintes registos:

- Autoavaliação e reflexões dos alunos;
- Avaliação do trabalho em grupo/pares;
- Grelha de avaliação de trabalho;
- Observação Direta;
- Grelhas de observação de aula e registo do professor;
- Portefólios para a Avaliação dos projetos desenvolvidos;
- Apresentação oral dos projetos;
- Ao longo do ano a avaliação será contínua e feita em parceria entre os professores envolvidos no projeto e o docente titular da turma.

2.3. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) constituem um conjunto de atividades que se desenvolvem para além do tempo letivo dos alunos e que são de inscrição facultativa.

A frequência destas atividades depende da inscrição feita por parte dos Pais, Encarregados de Educação, que devem assumir um compromisso de honra de que os seus educandos frequentem as atividades até ao final do ano letivo.

Com o alargamento da escola a tempo inteiro, é proporcionado aos alunos neste Agrupamento de Escolas aprendizagens em diferentes atividades. A escola oferece Atividade Física e Desportiva, Atividades Lúdico-expressivas e Ensino de Inglês.

2.4. PROJETOS / CLUBES

- Clube “AVD’s” - “Atividades da Vida Diária”
- Clube Ciência Viva (CCV)
- Clube de Música
- Clube Europeu
- Clube Morgado
- Desporto Escolar
- Clube da Leitura e Voluntariado da ESMM

2.5.ENSINO ARTICULADO

O ensino articulado é um regime de ensino participado pelo Estado, sendo permitido aos alunos frequentarem, em simultâneo, disciplinas de formação geral e disciplinas de formação vocacional no Conservatório Regional de Música de Vila Real, adiante designado por CRMVR.

O Agrupamento integra numa mesma turma/turma mista os alunos que frequentam o ensino básico em regime de ensino articulado, de acordo com a legislação em vigor.

A avaliação do aproveitamento escolar dos alunos dos cursos básicos deve processar-se de acordo com as normas gerais aplicáveis ao respetivo nível de ensino.

As avaliações do CRMVR são independentes das da escola regular, não influenciando a transição ou a reprovação no final do ano letivo e não sendo consideradas para efeitos de quadro de excelência/quadro de mérito.

2.6.OUTROS PROJETOS DE APOIO EDUCATIVO

2.6.1. Turma Morgado Mais Sucesso

Será criada uma turma a mais por cada 3 turmas de origem, nos 5º, 7º e 9º ano de escolaridade, dando continuidade ao projeto. Os docentes da *Turma Morgado Mais Sucesso* (TMMS) deverão ser os mesmos das turmas de origem para acompanharem os alunos nas fases do seu progresso e mais facilmente coordenarem o acompanhamento dos conteúdos programáticos em todas as turmas. Para se formarem grupos de alunos algo homogêneos deverão consultar-se as avaliações obtidas nos anos letivos anteriores. Sempre que as turmas de origem sejam frequentadas por alunos com NEE estes devem permanecer nessas turmas nas quais terão, eventualmente, os seus professores de apoio, e desenvolverão as metodologias de trabalho próprias, as possíveis adaptações curriculares ou beneficiarão das condições especiais de avaliação a si reservadas.

No tempo de frequência do Projeto TMMS o aluno fica sujeito a um novo horário com o desenho curricular igual aos das turmas de origem. Na TMMS são lecionadas todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares das turmas de origem. Os conteúdos a ser lecionados serão exatamente os mesmos dos lecionados nas turmas de origem no mesmo espaço de tempo, cabendo aos professores a escolha das metodologias e das propostas de trabalho que julguem mais conveniente, de acordo com a especificidade de cada grupo.

2.6.2. Oficinas de Aprendizagem

Os professores titulares de turma/ professores de português e matemática, mediante a diagnose do início do ano, e, durante o ano letivo, o levantamento das necessidades de aprendizagem de cada aluno em determinado conteúdo, articulam com o professor da *Oficina*, de modo a que este esteja sempre informado sobre a incidência da sua ação.

O professor da *Oficina* irá incidir cirurgicamente apenas sobre o conteúdo em causa.

Haver num mesmo momento mais do que um professor de *Oficina*, para que cada um ensine apenas um, ou no máximo dois conteúdos, até que os alunos sejam capazes de atingirem o sucesso naquele procedimento.

A disciplina de Apoio ao Estudo de cada ano de escolaridade (nos centros escolares e nas escolas de dois lugares) deverá ser no mesmo dia e à mesma hora para que os alunos não corram o risco de perder aulas (conteúdos).

Nos 2º e 3º ciclos serão constituídos blocos de 90 minutos em simultâneo para todos os alunos de 5º, 6º e 9º anos de escolaridade.

2.6.3. Filosofia em A7

Este projeto foi pensado e elaborado de modo que o cinema ocupe a posição de objeto fundamental para estudo e dele a filosofia se torne ponto de apoio. Serão analisadas temáticas que integram o currículo do 11º ano da disciplina de Filosofia, formulando ligações com filmes e filósofos. A implementação deste projeto consiste na deslocação de uma docente à sala de aula e em articulação com a docente titular, dar início a cada temática do programa com a projeção de um filme e posterior problematização/debate sobre o mesmo.

São objetivos deste projeto:

- Caracterizar o âmbito de estudos da lógica formal;
- Conhecer forma de inferência válida;
- Relacionar a temática do filme com a lógica;
- Caracterizar a argumentação informal;
- Conhecer as origens históricas da retórica;
- Reconhecer a presença da manipulação e da persuasão racional;
- Compreender a noção de conhecimento;
- Distinguir Racionalismo de Empirismo;
- Entender a resposta kantiana ao problema da origem do conhecimento;

- Problematizar sobre o crescimento científico-tecnológico;
- Caracterizar conhecimento vulgar e conhecimento científico;
- Analisar criticamente a perspetiva simples do método experimental;
- Problematizar a racionalidade científico-tecnológica;
- Perceber a importância da filosofia política e a sua contribuição para a construção da cidadania.

2.7.SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO – SPO

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) deve assegurar o acompanhamento do aluno ao longo do processo educativo e apoiar o desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre a comunidade.

Dos vários domínios de ação do SPO destacam-se: o apoio psicológico e psicopedagógico dos alunos, a avaliação e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais e de alunos que revelem problemas relacionados com a sua integração escolar; a promoção de atividades específicas de informação escolar e profissional; o apoio a professores e encarregados de educação.

O Gabinete do SPO funciona na sala Espaço Jovem, no Pavilhão 1, da Escola Secundária Morgado de Mateus.

2.8. BIBLIOTECA ESCOLAR

- A biblioteca da Escola Secundária Morgado de Mateus, atualmente escola sede do Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus, integrou a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) em 2003.

- A biblioteca da Escola Monsenhor Jerónimo do Amaral, escola mais antiga do agrupamento, foi a primeira a ser integrada na Rede de Bibliotecas Escolares em 1999.

- A biblioteca da Escola Básica de Vila Real nº 7 foi integrada na RBE em 2011.

- A biblioteca da Escola Básica Abade de Mouços foi integrada na RBE em 2014, ano subsequente à entrada em funcionamento deste estabelecimento de ensino, encontrando-se em fase de constituição do seu fundo documental e do seu equipamento.

- A biblioteca da Escola Básica do Sudeste, em Andraes, entra em funcionamento no ano letivo 2015/2016 e ainda prepara a sua instalação.

As integrações na RBE (Rede de Bibliotecas Escolares) introduziram fatores de qualidade na execução da missão das bibliotecas escolares, alavancaram uma maior dinamização destas estruturas, converteram-nas em espaços vitais da comunidade educativa,

cuja finalidade é formar para o conhecimento e para a vida, dar sabor ao saber e colorir o ato de aprender com pinceladas de luz e sonho, com viagens de fadas e de gnomos, mas também com histórias reais e trágicas. Os espaços são modernos, atrativos, sem barreiras para os utilizadores, com uma utilização responsável e aberta a todos.

2.9. TUTORIAS

a) O professor tutor é o responsável pelo acompanhamento de forma individualizada do processo educativo de um grupo de alunos ao longo do seu percurso escolar.

b) O professor tutor é um professor, preferencialmente com formação especializada em orientação educativa, reconhecida pelas suas capacidades de relacionamento com os alunos.

Aos professores tutores compete:

- Promover medidas de apoio aos alunos, tendo em vista a sua integração na escola e na turma e o aconselhamento e orientação no estudo e nas tarefas escolares;
- Promover a articulação das atividades escolares dos alunos com outras atividades formativas.
- Articular a sua ação com o Diretor de Turma da turma a que pertencem os alunos que acompanha.
- Realizar a sua atividade de forma articulada com a família, com os serviços especializados de apoio educativo e com outras estruturas de orientação educativa.
- Articular a sua ação com o psicólogo, quando o houver.

2.10 PROVEDOR DO ALUNO

Neste espaço, aberto a todos os alunos, encontra-se o Provedor do Aluno que está disponível para ouvir, mediar conflitos (aluno/aluno; aluno/professor; aluno/funcionário, outros), esclarecer dúvidas sobre os direitos e deveres, apreciar e responder a reclamações e sugestões sobre a vida na nossa escola. O recurso à Provedoria não garante a solução para cada caso, mas assegura que todos serão analisados e conduzidos de forma imparcial, independente e confidencial.

Os contactos poderão ser estabelecidos:

- ❖ Presencialmente, no gabinete do Provedor.
- ❖ Através de carta, dirigida ao Provedor, datada e assinada, e entregue na sala de atendimento.

3. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS LETIVOS.

3.1. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DAS TURMAS

✓ A constituição de turmas obedece às normas estabelecidas no Despacho Normativo nº 7-B/2015, de 7 de maio, em particular o seu ponto V, designadamente ao que se refere ao número de alunos por turma, com as condicionantes inerentes à dimensão das salas, cuja lotação é de 28 alunos.

✓ No exercício das competências que lhes são atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o Conselho Pedagógico, reunido a 02 de julho de 2014, definiu os seguintes critérios gerais para a constituição de turmas para o ano letivo de 2015/2016:

✓ Na constituição de turmas, em qualquer dos níveis de ensino, deverão prevalecer critérios de ordem pedagógica:

PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

✓ No primeiro ano de escolaridade, e quando os alunos admitidos, pela primeira vez, são distribuídos por mais do que uma turma, deve procurar-se manter o grupo proveniente do ensino pré-escolar.

✓ Não se verificando nenhuma das condições anteriores, os alunos serão distribuídos por proximidade de residência.

✓ Da educação pré-escolar ao 4º ano de escolaridade, as turmas deverão ser constituídas para que o aluno permaneça no mesmo grupo até final do ciclo. Um aluno retido nos 2.º ou 3.º ano de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão do diretor, sob proposta do professor titular de turma, ouvido o conselho de docentes.

SEGUNDO E TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

✓ A constituição de turmas tem por base os parâmetros legalmente estabelecidos, as orientações dos serviços de administração educativa, bem como, sempre que possível, as recomendações específicas provenientes dos Conselhos de Turma;

✓ Deverão ser mantidos juntos pequenos núcleos de alunos provenientes da mesma turma, de modo a facilitar a integração e minimizar a insegurança que a mudança de escola e de sistema de ensino provocam, mantendo o equilíbrio numérico de sexos exceto quando houver

necessidade de reajustamentos, devido às disciplinas de opção ou eventual desdobramento da turma.

✓ Deverão ser colocados na mesma turma, alunos provenientes do ensino oficial e privado, de forma a salvaguardar a heterogeneidade socioeconómica dos alunos;

✓ A distribuição dos alunos retidos far-se-á de forma equilibrada pelas várias turmas, tendo em atenção o seu perfil e nível etário;

✓ Deverão ser colocados na mesma turma, alunos vindos do estrangeiro com dificuldades especiais em Língua Portuguesa, a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto.

✓ Serão tomadas em consideração as indicações escritas nas atas dos Departamentos e dos Conselhos de Turma, bem como propostas de Encarregados de Educação, desde que estas não contrariem as normas legais.

✓ O Encarregado de Educação poderá, no prazo de cinco dias úteis, após afixação das listas das turmas, solicitar à Direção a transferência de turma do seu educando, por escrito, fundamentando a razão desse pedido.

✓ Ao órgão de gestão reserva-se o direito de indeferir este pedido por razões de carácter pedagógico e do bom funcionamento da escola.

✓ Quando por razões pedagógicas ou disciplinares se mostre conveniente a mudança de um aluno de uma turma para outra, em qualquer momento do ano letivo, tal poderá ser autorizado pelo Diretor.

✓ Cabe ao Diretor, após parecer do Conselho Pedagógico, propor à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a constituição de turmas com um número de alunos inferior ao previsto na lei.

3.2. CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DOS ALUNOS

✓ Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos discentes e da escola, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.

✓ A educação pré-escolar funcionará das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00.

✓ O período de funcionamento das atividades letivas, no primeiro ciclo, será das 9h00 às 12h15 e das 14h05 às 16h20, com intervalo de 30 minutos no período da manhã.

✓ As atividades de enriquecimento curricular funcionarão em regime de flexibilização à exceção da Atividade Física e Desportiva.

✓ O período de funcionamento das atividades letivas, nas escolas básicas de 2º e 3º ciclo e secundária, será das 8h15 às 13h15 e das 13h20 às 18h15, com dois intervalos em cada turno, um de 20 minutos e um de 10 minutos no período da manhã e um de 10 minutos e de 15 minutos no período da tarde.

Turno da manhã	Turno da Tarde
8:15 h – 9:00 h	13:20 h - 14:05 h
9:00 h – 9:45 h	14:05 h – 14:50 h
Intervalo de 20 minutos	Intervalo de 10 minutos
10:05 h – 10:50 h	15:00 h – 15:45 h
10:50 h – 11:35 h	15:45 h – 16:30 h
Intervalo de 10 minutos	Intervalo de 15 minutos
11:45 h – 12:30 h	16:45 h – 17:30 h
12:30 h – 13:15 h	17:30 h – 18.15 h

✓ As turmas de 1º ciclo funcionarão em regime normal. As turmas de 2º ciclo e de ensino secundário terão a sua componente letiva distribuída, maioritariamente, pelo período da manhã. As turmas de 3º ciclo terão a sua componente letiva distribuída, maioritariamente, pelo período da tarde. Só deverão ser ocupados, caso possível, dois turnos contrários aos anteriormente indicados.

✓ Devido à carga horária, as turmas de ensino profissionalizante terão a sua componente letiva distribuída pela manhã ou tarde conforme a existência de espaços/ salas de aula.

✓ A distribuição dos minutos apresentados na matriz curricular do 2º e 3º ciclo e ensino secundário, convertidos em tempos de 45 minutos, serão distribuídos semanalmente conforme quadros: (ponto **2.- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**).

✓ Nos 2º, 3º ciclo, Secundário e cursos Profissionalizantes à quarta-feira a partir das 16h45 até às 18h15, não há atividades letivas, estando este período reservado para atividades do desporto escolar.

✓ Nas línguas estrangeiras a distribuição semanal dos tempos será efetuada em blocos de 90 minutos, no caso de o total ser número ímpar a distribuição far-se-á mantendo o máximo de tempo possível em blocos de 90 minutos.

✓ As aulas de Língua Estrangeira não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos.

- ✓ No 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário nunca deverá ser ultrapassado o limite de três tempos entre aulas de dois turnos distintos.
- ✓ No horário de cada turma não poderão ocorrer tempos desocupados.
- ✓ As turmas constituídas por alunos oriundos das zonas rurais deverão iniciar, preferencialmente, o período letivo da manhã sempre às 8 horas e 15 minutos, principalmente no 2º ciclo.
- ✓ Se por exigência curricular se dividir uma turma em dois “turnos” numa disciplina, dessa situação não poderá ocorrer nenhum tempo desocupado para qualquer deles; nos dias em que tal ocorra, o(s) tempo(s) letivo(s) relativos a um dos grupos será(ão) colocado(s) no 1º tempo de um dos períodos sendo o(s) tempo(s) letivo(s) relativos ao outro turno colocado no final do mesmo período.
- ✓ Deve-se procurar evitar que as aulas de uma mesma disciplina à mesma turma tenham lugar em dias consecutivos e à mesma hora.
- ✓ Os horários dos alunos poderão sofrer alterações pontuais por motivo de substituição de aulas resultante da ausência prevista de docente.
- ✓ A elaboração de horários estará condicionada à disponibilidade de espaços específicos e de salas de aula. Tentar-se-á manter as turmas na mesma sala de aula o máximo de tempo possível.

3.3. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE

- ✓ O serviço será distribuído tendo por base a graduação profissional.
- ✓ O serviço distribuído ao docente deve estender-se ao longo de 5 dias/semana;
- ✓ Os Professores Titulares de Turma e os Diretores de Turma deverão marcar a sua hora de atendimento aos encarregados de educação após a 1ª reunião para concertação do horário;
- ✓ Procurar-se-á manter a continuidade do professor na turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais ou do conhecimento da Diretora) o mesmo se verificará na colocação de docentes de apoio educativo;
- ✓ Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma designadamente quanto àquelas que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.;
- ✓ Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade;

- ✓ A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina deverá ser equilibrada e, sendo possível, não superior a três;
- ✓ As atividades extra curriculares bem como as reuniões dos órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio educativo, não deverão colidir com as atividades letivas, sendo-lhes reservado um período específico para a sua realização;
- ✓ O docente obriga-se a comunicar à Direção qualquer facto que implique a redução ou condicionamento na elaboração do horário;
- ✓ O número de horas a atribuir à “*componente não letiva de estabelecimento*” neste agrupamento será de 120 minutos/semana, para os docentes da educação pré-escolar e de primeiro ciclo, e de 90 minutos/semana, nos 2º e 3º ciclos e ensino secundário, seguindo a regra de proporcionalidade nos horários incompletos, exceto nos horários com menos de 14 horas.
- ✓ Os tempos supervenientes, por serem letivos, serão destinados, sempre que necessário, a aulas de apoio.
- ✓ Os tempos de estabelecimento, ao não serem ocupados por cargos, ou avaliação docente, serão destinados a clubes, projetos, atividades de acompanhamento de alunos, aulas de substituição e de ocupação plena dos tempos letivos.
- ✓ Os tempos de redução ao abrigo do artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), na educação pré-escolar e no 1º ciclo deverão ser ocupados com atividades previstas nas alíneas *d, f, g, i, j* e *n* do n.º 3, do artigo 82º do ECD. No caso de haver necessidade de preencher o horário com as atividades previstas nas restantes alíneas tal deverá ser analisado e aprovado em reunião de Conselho Pedagógico.
- ✓ Nos 2º e 3º ciclos e ensino secundário, nos tempos de redução ao abrigo do artigo 79º do ECD, dever-se-á dar prioridade ao apoio a alunos.
- ✓ As horas de apoio educativo nos 2º e 3º ciclos ou outras que sejam atempadamente conhecidas ou solicitadas farão parte integrante do horário do docente, sempre em período não coincidente com as atividades letivas dos alunos.

3.4. CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR DE TURMA

Os critérios para atribuição do cargo de Diretor de Turma, aprovados em reunião de Conselho Pedagógico são:

- ✓ Cumprir preferencialmente o ciclo;
- ✓ Verificar-se rotatividade;

✓ Ter em conta a equidade relativamente ao número de cargos a desempenhar pelo docente.

✓ Dever-se-á evitar a atribuição a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade;

4. METAS / FINAL DE CICLO

❖ Remete-se para o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Morgado Mateus

5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

5.1. PLANO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DE TURMA

O Plano de Acompanhamento Pedagógico de Turma (PAPT) é um documento que define as estratégias de planificação, articulação, concretização e desenvolvimento das orientações curriculares nacionais, do Projeto Educativo e do Projeto de Desenvolvimento do Currículo do Agrupamento, visando adequá-lo ao contexto de cada grupo/turma.

Por ser um documento estratégico assume a forma particular como, em cada grupo/turma, se reconstrói e se apropria o currículo nacional, definindo opções e intencionalidades próprias, construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens significativas. Deste modo, o PAPT explicita as adaptações/diferenciações consideradas necessárias para garantir o sucesso de todos.

O PAPT tem como objetivos principais diagnosticar, refletir, intervir e avaliar para tentar dar resposta às questões/ dificuldades/ potencialidades diagnosticadas e é elaborado pelo docente Titular de Turma, no 1.º ciclo, e pelo Conselho de Turma, nos 2º e 3º Ciclos, Secundário, Cursos Vocacionais e Cursos Profissionais.

O Plano de Acompanhamento Pedagógico de Turma contempla:

➤ A caracterização do grupo/turma, com enfoque nas situações específicas existentes, tanto no que respeita às relações interpessoais, como no que se refere às aprendizagens;

➤ Planeamento estratégico em relação ao aproveitamento;

➤ Planeamento estratégico em relação ao comportamento;

➤ Atividades;

➤ Resultado final.

O PAPT deve ser revisto e atualizado em qualquer momento. Existem obrigatoriamente três momentos de avaliação (no final de cada período). A concretização de cada um destes

momentos de avaliação deve basear-se no grau de cumprimento das atividades previstas; no ambiente de trabalho e envolvimento das crianças/alunos; na sinalização de alunos com dificuldades; nos procedimentos e avaliação do acompanhamento de alunos (Planos de Acompanhamento Pedagógico Individual); na recetividade das famílias e no grau de concretização do Plano.

5.2. ORIENTAÇÕES PARA AS METODOLOGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Tendo como principio a diferenciação curricular, todas as metodologias são suscetíveis de serem utilizadas na sala de aula, desde que sejam adequadas à organização dos espaços e ao ritmo de aprendizagem de cada aluno. Essas metodologias podem ser:

Expositivas- combinadas com metodologias ativas e interdisciplinares que conduzam à elaboração de projetos comuns, em que há transferência de conhecimentos e técnicas entre as diferentes áreas e permitam o desenvolvimento de competências.

Trabalho independente - onde podem ser utilizados novos recursos na ação pedagógica e fazer interligação entre a teoria e a prática.

Trabalho de pares e de grupo - para promoção da construção do saber. A abordagem de temas deve efetuar-se através da formulação de problemas com interesse para os alunos e que constituam pontos de partida para o desenvolvimento das atividades.

Trabalho de projeto - visando apresentar situações diversificadas onde os alunos sugiram hipóteses, interpretem dados, analisem e argumentem com base em factos conhecidos, situações contraditórias que impliquem tomadas de decisão.

Num contexto complexo de diversidade como o da sala de aulas, devem pôr-se em prática propostas metodológicas que:

- Sejam abertas e flexíveis;
- Se adaptem a todos os alunos, interessando-os e cativando-os;
- Promovam as aprendizagens dos conteúdos, mas também dos processos de aprendizagem desses conteúdos;
- Tentem dar respostas adequadas aos problemas da aprendizagem;
- Se centrem nos alunos, no ponto de aprendizagem em que se encontrem, diversificando as oportunidades de aprendizagem;
- Privilegiem o trabalho prático e experimental.

Professores e alunos deverão estabelecer consensos e contratos, prevalecendo a confiança e respeito mútuos, favorecendo o desenvolvimento de condutas progressivamente mais autónomas e de cooperação. Assim, é indispensável mobilizar recursos variados, partilhar responsabilidades, cumprir regras de funcionamento negociadas, mobilizar os alunos para a aprendizagem e clarificar métodos e técnicas de trabalho.

Em complemento às orientações referidas, considera-se essencial que os departamentos curriculares tenham em conta as prioridades elencadas neste projeto. Assim, as planificações das unidades de ensino e de aprendizagem devem ter como prioridade:

- Avaliação diagnóstica e avaliação formativa dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Trabalho em grupo ou trabalho de pares;
- Leitura, comunicação e raciocínio dos alunos;
- Atividade experimental e investigativa;
- Técnicas de pesquisa, organização e estudo;
- Integração de conteúdos relacionados com vivências locais e de experiências reais;
- Utilização das novas tecnologias.

5.3. ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO CURRICULAR

A articulação horizontal e vertical faz-se nas diferentes estruturas de orientação educativa coordenadas pelo conselho pedagógico, operacionalizando-se nomeadamente através da execução do Plano Anual de Atividades e do Projeto de Desenvolvimento do Currículo, nos projetos de ação escolar, como sejam o Programa de Educação para a Saúde ou o Plano Nacional de Leitura, e nas planificações das diversas áreas curriculares. Assim, determina-se que a gestão e articulação curricular no Agrupamento tenham em conta dois princípios fundamentais:

- O Plano Anual de Atividades deve ser estruturado de modo a promover a realização de projetos ou de atividades que envolvam alunos de diferentes anos de escolaridade/níveis de ensino e enfatizem a integração dos conteúdos relacionados com vivências locais.
- Os PAPT devem ser elaborados de modo a prever uma efetiva articulação orientada para o desenvolvimento das capacidades relacionais, comunicacionais e de raciocínio.

5.4. ORGANIZAÇÃO DOS APOIOS EDUCATIVOS

O apoio pedagógico educativo será facultado, em grupo ou individualmente, aos alunos que se encontrem nas seguintes situações:

- Sejam portadores de qualquer tipo de deficiência comprovada;
- Não lhe terem sido lecionados, no ano letivo anterior, pelo menos dois terços do número de aulas curriculares previstas ou não lhe terem sido ministrados conteúdos programáticos essenciais;
- Estarem sujeitos a um Plano Individual de Trabalho (PIT);
- Revelem carências de aprendizagem nas áreas fundamentais, como a Língua Portuguesa e Matemática, ou outras carências e dificuldades que se revelem impeditivas do normal desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, estando assim sujeitos a um Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual.
- Este apoio, a definir pela Direção, ouvido o Conselho Pedagógico, deve ter em conta as disponibilidades da escola em termos de espaço, bem como, a gravidade das situações apresentadas, tendo para o efeito de ser definidas prioridades. Para a leção deste apoio deverão ser indigitados, se possível, professores da turma ou professores com preparação didática adequada.
- Estas atividades deverão ser objeto de uma avaliação, nos momentos de avaliação intercalar e de final de período, por parte dos professores envolvidos, sendo, no momento, elaboradas novas listas de prioridades pelos professores das áreas curriculares, podendo os apoios previstos, ser objeto de reformulação.

5.5. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os serviços especializados de Educação Especial e apoio educativo visam a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da qualidade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos, ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para a transição da escola para o emprego de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO E AVALIAÇÃO (DECRETO-LEI 3/2008)

O Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, define claramente o grupo-alvo da educação especial, bem como as medidas organizativas, de funcionamento, de avaliação e de apoio que

garantam e estes alunos o acesso e sucesso educativo, elevando os seus níveis de participação e as taxas de conclusão do ensino básico, secundário e de acesso ao ensino superior.

A referenciação de crianças e jovens deve espelhar o conjunto de preocupações relativas à criança ou jovem referenciado e é feita ao órgão de gestão do Agrupamento de Escolas através de um formulário disponibilizado pela escola para o efeito. Sempre que exista, deve anexar-se ao formulário, toda a documentação que se considere importante para o processo de avaliação.

A avaliação tem como objetivo recolher informação que permita verificar se se está perante uma situação de NEE de carácter permanente;

Compete à equipa pluridisciplinar:

- Analisar toda a informação disponível;
- Se necessário, recolher mais informação específica;
- Avaliação especializada por referência à CIF- CJ, preenchimento da Checklist
- Elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico (RTP);
- Se o aluno não necessita de respostas educativas no âmbito da educação especial, deverá proceder-se ao encaminhamento para outros apoios disponibilizados pela escola que mais se adequem à situação.
- Se o aluno necessita de respostas educativas no âmbito da educação especial elabora-se o Programa Educativo Individual.

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (DECRETO-LEI 3/2008)

a) O Programa Educativo Individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação, ponto 1 do Artº 8º.

b) Programa Educativo Individual integra o processo individual do aluno, ponto 3 do Artº 8º.

c) O coordenador do Programa Educativo Individual é o educador de infância, o professor do 1.º ciclo ou o diretor de turma, a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra, ponto 1 do Artº 11º.

d) O programa educativo individual constitui o único documento válido para efeitos de distribuição de serviço docente e não docente e constituição de turmas, não sendo permitida a aplicação de qualquer adequação no processo de ensino e de aprendizagem sem a sua existência, ponto 2 do Artº 12º.

e) O acompanhamento do programa educativo individual será feito de acordo com o estipulado no Artº 13.º.

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO (DECRETO-LEI 3/2008)

Sempre que, do Programa Educativo Individual do aluno, faça parte a medida educativa “Currículo específico individual”, ao abrigo do número 2 do artigo 20.º do decreto-lei nº3/2008, de 7 de janeiro, deve a escola complementar este com um Plano Individual de Transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa constituição de carácter ocupacional, ponto 1 do Artº 14º.

Aos alunos com 15 anos ou mais de idades, com currículo específico individual, em processo de transição para a vida pós-escolar, aplica-se a portaria nº 201-C/2015 de 10 de julho.

MEDIDAS EDUCATIVAS (DECRETO-LEI 3/2008)

a) A adequação do processo de ensino e de aprendizagem integra medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, ponto 1 do Artº 16º.

b) Constituem medidas educativas: apoio pedagógico personalizado; adequações curriculares individuais; adequações no processo da matrícula; adequações no processo de avaliação; currículo específico individual e tecnologias de apoio, ponto 2 do Artº 16º.

AValiação DECRETO-LEI N.º 3/ 2008

A Avaliação constitui uma parte integrante do processo de aprendizagem de todos os alunos, devendo ser efetuada de forma contínua e formalizada no final de cada período escolar. Os alunos com NEE, abrangidos pelo disposto no ponto 1 do Artº 20, do decreto-Lei nº 3/2008, são avaliados de acordo com o regime de avaliação em vigor.

Os alunos que beneficiem da medida educativa “currículo específico individual”, ao abrigo do número 2 do artigo 20.º do decreto-lei nº3/2008, não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respetivo programa educativo individual.

A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, expressa -se numa menção

qualitativa de Muito bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Estão dispensados da realização das provas finais do 1º, 2º e 3º ciclo os alunos que estejam abrangidos pelo Artº 21 do decreto-Lei nº 3/2008

TERMINOLOGIA DAS CLASSIFICAÇÕES

Percentagem atribuída	De acordo com o ponto 10 do artigo 8º do Despacho normativo n.º 17-A/2015
0% – 49%	Insuficiente
50% – 69%	Suficiente
70% - 89%	Bom
90% - 100%	Muito Bom

COOPERAÇÃO E PARCERIA

As escolas ou agrupamento de escolas devem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outros, Artº 30º.

Neste sentido, o agrupamento de escolas Morgado de Mateus, estabeleceu parceria com o Centro de Recursos para a Inclusão da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real procedendo à elaboração dos respetivos planos de ação.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. Avaliação das aprendizagens

Neste capítulo e no que concerne às modalidades de avaliação, instrumentos de avaliação, avaliação das áreas de formação transversal, critérios de avaliação / parâmetros de referência, nomenclatura a utilizar, organização e comunicação da informação associada à avaliação dos alunos, procedimentos a adotar ao longo do ano e procedimentos a adotar no final do ano letivo, deve considerar-se as diretrizes decididas no início de cada ano letivo pelo conselho pedagógico ouvidos os diferentes departamentos.

6.1.2. EDUCAÇÃO PRÉ- ESCOLAR

Processo de Avaliação

A avaliação diagnóstica no início do ano letivo, realizada pelo educador, tem em vista a caracterização do grupo e de cada criança. Com esta avaliação pretende-se conhecer o que cada criança e o grupo já sabem e são capazes de fazer, as suas necessidades e interesses e os seus contextos familiares que servirão de base para a tomada de decisões da ação educativa, no âmbito projeto curricular de grupo. A avaliação diagnóstica pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa, de forma a permitir a adoção de estratégias de diferenciação pedagógica, contribuindo também para a elaboração, adequação e reformulação do projeto curricular de grupo e ainda para facilitar a integração da criança no contexto educativo.

Intervenientes

A avaliação é da responsabilidade do Educador titular do grupo

Promovendo a corresponsabilidade:

- Da(s) criança(s)
- Da Equipa (outros docentes, auxiliares, outros técnicos ou agentes educativos)
- Dos Encarregados de Educação
- Do Departamento de Educação Pré-escolar
- Dos Órgãos de Gestão.

Dimensões a Avaliar

A avaliação, enquanto processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas.

Dimensões fundamentais para avaliar o progresso das aprendizagens das crianças:

- As Áreas de Conteúdo (OCPE);
- Os domínios previstos nas Metas de Aprendizagem;
- Outras específicas estabelecidas no PEI
- Ambiente Educativo

Procedimentos de Avaliação

Cada Educadora poderá utilizar técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados, de entre os quais:

- Observação

- Entrevistas
- Abordagens narrativas
- Fotografias
- Registos de autoavaliação
- Dossier construído com as crianças
- Questionários a crianças, pais ou outros parceiros educativos
- Gravações áudio e vídeo
- Ficha de registo das aprendizagens (trimestral)
- Proceder à avaliação global de grupo em Departamento
- Dar conhecimento aos Encarregados de Educação, da ficha de registo das aprendizagens das crianças, trimestralmente
- No final do ano letivo, em reunião de articulação com o 1º Ciclo, entrega do processo individual da criança.

CrITÉrios de Avaliação

Assiduidade; Empenho; Realização de tarefas; Autonomia; Cooperação; Iniciativa; Criatividade; Autoavaliação; Comunicação e representação; Responsabilidade; Relações interpessoais

6.1.3. ENSINO DO PRIMEIRO CICLO

MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Avaliação Diagnóstica – Será realizada uma avaliação diagnóstica, no início do ano letivo. Esta conduzirá à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica, contribuindo para a elaboração / reformulação do PAPT.

Avaliação Formativa – Será a principal modalidade de avaliação. Terá um carácter contínuo e sistemático, sendo desenvolvida ao longo do ano letivo através do recurso a grelhas de autoavaliação, trabalhos realizados pelos alunos, individual ou coletivamente, e ainda através de fichas de avaliação. Permite a atualização constante do processo ensino-aprendizagem.

Avaliação Sumativa – Realizar-se-á no final de cada período letivo, com utilização de toda a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa, consistindo na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno.

A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços do Ministério da Educação e Ciência ou de entidades designadas para o efeito e compreende a realização de provas finais de ciclo no 4.º, nas disciplinas de: Português e Matemática.

Estão dispensados da realização de provas finais do 1.º ciclo os alunos que se encontrem nas condições seguintes:

a) Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais, ou no ano letivo anterior;

b) Estejam abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro.

A classificação final a atribuir às disciplinas sujeitas a provas finais no 1.º ciclo é o resultado da média ponderada, com arredondamento às unidades, entre a classificação obtida na avaliação sumativa interna do 3.º período da disciplina e a classificação obtida pelo aluno na prova final, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (7 Cf + 3 Cp)/10$$

em que:

CF = classificação final da disciplina;

Cf = classificação de frequência no final do 3.º período;

Cp = classificação da prova final.

EFEITOS DA AVALIAÇÃO SUMATIVA

Anos Não Terminais de Ciclo

A avaliação sumativa interna, no final do 3º período, tem as seguintes finalidades:

a) Formalização da classificação correspondente à aprendizagem realizada pelo aluno ao longo do ano letivo;

Nos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa -se de forma descritiva em todas as componentes não facultativas do currículo”. Artº.8- ponto 4 - Despacho normativo n.º 13/2014, de 15/9.

Atendendo que a evolução do processo educativo dos alunos assume uma lógica de ciclo, no 1º ano não há lugar a retenções, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Nos 2º e 3º ano de escolaridade, a decisão de retenção do aluno verifica-se sempre que na apreciação global das aprendizagens o aluno demonstre não ter adquirido os conhecimentos e

desenvolvidas as capacidades essenciais nas disciplinas de Português e de Matemática e ter obtido simultaneamente classificação inferior a suficiente nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática para transitar ao ano de escolaridade seguinte.

A retenção é uma medida pedagógica de carácter excecional, a aplicar quando se verificar que o percurso escolar acumulou evidências claras de que no termo do prazo previsto para atingir o fim do 1º Ciclo do Ensino Básico, não atingirá as metas definidas para aquele ciclo.

Na avaliação final de ano, será tomada a decisão de retenção ou de progressão dos alunos expressa pelas menções de TRANSITOU / NÃO TRANSITOU.

ANO TERMINAL DE CICLO

Na avaliação final de ano, será tomada a decisão de retenção ou de progressão dos alunos expressa pelas menções de APROVADO / NÃO APROVADO.

“No 4.º ano de escolaridade, a avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa -se numa escala de 1 a 5 nas disciplinas de Português e de Matemática e de forma descritiva nas restantes componentes não facultativas do currículo, sendo, neste caso, atribuída uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente”. Artº.8- ponto5 - Despacho normativo n.º 13/2014, de 15/9.

A decisão de retenção ou progressão de um aluno basear-se-á nos seguintes aspetos:

- Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3 nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática.

- Tiver obtido classificação inferior a 3 em Português (ou PLNM) ou em Matemática e simultaneamente menção não satisfatória nas outras disciplinas.

Distanciamento entre as metas estabelecidas e as desenvolvidas pelos alunos, sobretudo nas disciplinas de Português e Matemática;

Aquisição e aplicação de atitudes e valores.

Verificação das condições de admissão à 2ª fase das provas finais do 1º ciclo e definição do plano de apoio pedagógico a cumprir no período de acompanhamento extraordinário.

O Conselho de docentes dará o seu parecer depois de analisada a proposta de retenção apresentada pelo professor do aluno. Poderá decidir a transição excecional deste, tendo em conta: Assiduidade; Atitudes e valores; Motivação para a aprendizagem; Idade do aluno; Retenção (número de vezes); Risco de abandono escolar; Relações interpessoais / integração; Contexto familiar.

DOMÍNIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios gerais de avaliação constituem uma referência para os docentes, alunos e pais/encarregados de educação.

Domínios:

Domínio Cognitivo (conhecimentos, raciocínio, comunicação)

1º e 2º ano (70%)- 3ºe 4º ano(80%)

Domínio Socioafetivo (atitudes e valores)

1º e 2º ano (20%)- 3ºe 4º ano(20%)

Domínio Psicomotor

1º e 2º ano (10%)

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Serão considerados elementos para avaliação: prestações diárias (escritas ou orais); questionários; grelhas de observação; interesse e participação; cadernos diários; fichas de trabalho; trabalhos individuais ou em grupos com ou sem apresentação; trabalhos de pesquisa; fichas de avaliação formativa; qualquer registo que o professor achar oportuno; provas finais.

TERMINOLOGIA DAS CLASSIFICAÇÕES

Percentagem atribuída	Estabelecido para todos as disciplinas e anos de escolaridade e para o 4º ano nas disciplinas de Estudo do Meio; Expressões; Oferta Complementar; Apoio ao Estudo. Despacho normativo n.º 13/2014 - Artigo 8.º
0% – 49%	Insuficiente
50% – 69%	Suficiente
70% - 89%	Bom
90% - 100%	Muito Bom

TERMINOLOGIA DAS CLASSIFICAÇÕES

Percentagem atribuída	Estabelecido exclusivamente para o 4º ano Português e Matemática. Despacho normativo n.º 13/2014 - Artigo 8.º
0% – 19%	1
20% – 49%	2

50% – 69%	3
70% - 89%	4
90% - 100%	5

6.1.4. ENSINO DE SEGUNDO E TERCEIRO CICLO

Sendo o processo de avaliação um dos componentes fundamentais do ato educativo, importa refletir acerca de alguns aspetos que devem ser considerados numa pedagogia para o sucesso. Assim a avaliação deve ser:

- Integradora da prática educativa, como “recolha de informações que permitem formulação das decisões adaptadas às necessidades e capacidades dos alunos”.
- Individualizada, respeitando a individualidade de cada aluno, tendo em atenção as suas capacidades, pontos de partida e necessidades.
- Reguladora, na prática pedagógica, dos métodos, recursos, determinando as diversas componentes do ensino/aprendizagem.
- Orientadora das atividades de todos os intervenientes.
- Sistemática, fazendo parte da planificação de ensino, exigindo momentos adequados para “efetuar balanços” e “diálogo” com os alunos, outros professores e encarregados de educação.

Referências legais

De acordo com a legislação em vigor, à data da aprovação dos critérios de avaliação em Conselho Pedagógico.

CrITÉRIOS de avaliação

A avaliação dos alunos deve ter como referência os seguintes domínios:

Domínio das atitudes e valores

- Relações interpessoais;
- Responsabilidade;
- Empenho, iniciativa e autonomia.

Domínio dos conhecimentos

- Aquisição de conhecimentos;

- Autoavaliação.

TERMINOLOGIA DAS CLASSIFICAÇÕES

Percentagem atribuída	Nível
0% – 19%	1
20% – 49%	2
50% – 69%	3
70% - 89%	4
90% - 100%	5

6.1.5. ENSINO SECUNDÁRIO

A avaliação das aprendizagens realizada nas disciplinas que integram os planos de estudo do ensino de segundo ciclo, do terceiro ciclo e dos cursos do ensino secundário, compreendem as modalidades de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

Avaliação formativa

A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste num juízo globalizante que conduz à tomada de decisão, no âmbito da classificação e da aprovação em cada disciplina, área não disciplinar e módulos, quanto à progressão nas disciplinas não terminais, à transição para o ano de escolaridade subsequente, à conclusão e certificação do nível secundário de educação.

Avaliação sumativa interna

A avaliação sumativa interna consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola.

A avaliação sumativa interna realiza-se:

- Integrada no processo de ensino-aprendizagem e formalizada em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3º períodos letivos;
- Através de provas de equivalência à frequência.

Avaliação sumativa externa

A avaliação sumativa externa destina-se a aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno, mediante o recurso a instrumentos definidos a nível nacional, e realiza-se através de exames finais nacionais, nos cursos científico-humanísticos.

Assim, a conclusão de um curso científico-humanístico depende da aprovação em todas as disciplinas, algumas das quais requerem a realização de exames nacionais, conforme legislação à data.

Nesta data, para além do exame nacional na disciplina de Português, comum a todos os cursos científico-humanísticos, o aluno realiza mais três exames nacionais, de acordo com o plano de estudos do seu curso: na disciplina trienal e nas duas disciplinas bienais da componente de formação específica ou numa dessas disciplinas e na disciplina de Filosofia da componente de formação geral.

Domínio das atitudes e valores

- Relações interpessoais;
- Responsabilidade;
- Empenho, iniciativa e autonomia.

Domínio dos conhecimentos

- Aquisição de conhecimentos;
- Autoavaliação.

6.1.6. ENSINO DOS CURSOS VOCACIONAIS

1- A avaliação incide sobre as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação;

2 — A avaliação assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando:

a) Informar o aluno e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;

b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora;

c) Certificar os conhecimentos e competências adquiridos;

d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

3 — A estrutura modular é a forma de organização curricular dos programas no processo de ensino/aprendizagem.

4 — O sistema de avaliação deve orientar-se no sentido da promoção da autonomia, responsabilidade e sucesso dos alunos, com base na participação ativa e negociada dos diversos atores.

Avaliação formativa

1 — A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e às demais entidades legalmente autorizadas obter, em cada momento, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

Esta avaliação permitirá também ao aluno conhecer os fatores do seu sucesso e insucesso escolar, de forma a, negociadamente com o professor e/ou tutorialmente, elaborar e implementar planos de ação com vista à organização e desenvolvimento do seu percurso pessoal.

2 — A avaliação diagnóstico-formativa realiza-se ao longo do processo de ensino-aprendizagem e, com caráter formal, no final do 1.º, 2.º e 3.º períodos, em reunião de Conselho de Turma.

3 — Nos casos em que esta se realiza ao longo do ano, deverá envolver apenas o professor e o aluno, num processo negociado e limitado aos objetivos previstos para cada módulo.

4 — Nos casos em que assume um caráter formal, obrigando à reunião do Conselho de Turma, deve implicar uma análise global do desempenho dos alunos, através do registo dos seus êxitos e dificuldades e da deteção das suas causas, para posterior elaboração de um relatório individual descritivo que contemple as suas capacidades de aquisição, aplicação de conhecimentos, de iniciativa, de comunicação, de trabalho em equipa, de cooperação com os outros, de articulação com o meio e de concretização de projetos e que permita traçar o perfil da sua evolução e recomendar estratégias de remediação e planos de recuperação.

5 — Da análise feita sobre o conjunto dos alunos, deverá resultar uma reflexão alargada aos próprios, sobre a situação e o evoluir de cada turma.

Avaliação sumativa

1 — A avaliação sumativa tem como principais funções a classificação e a certificação, perante o grupo, os programas e objetivos curriculares, traduzindo-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas pelos alunos, e inclui:

a) Os objetivos, as formas e os critérios das avaliações que devem ser conhecidos pelos alunos no início ou do ano letivo, ou de cada módulo.

b) A avaliação sumativa realiza-se em cada módulo, com intervenção do professor e do aluno.

c) A notação final de cada módulo deverá ser fruto de uma cuidada ponderação, por parte do professor, dos resultados obtidos através de cada uma das formas de avaliação.

2 — É da competência exclusiva do professor a conceção e organização da avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

3 — A avaliação sumativa expressa-se na escala de 0 a 20 valores e, atendendo à lógica modular adotada, a notação formal de cada módulo, a publicar em pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.

Momentos de avaliação

- A avaliação sumativa ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do professor e do aluno, e, após a conclusão do conjunto dos módulos de cada disciplina, em reunião de conselho de turma.

- Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

- Os momentos da avaliação sumativa no final de cada módulo resultam do acordo entre cada aluno ou grupo de alunos e o professor da disciplina devendo a data da realização ser registada no sumário.

- A avaliação de cada módulo exprime a conjugação da auto e heteroavaliação dos alunos e da avaliação realizada pelo professor, em função da qual este e os alunos ajustam as

estratégias de ensino-aprendizagem e acordam novos processos e tempos para a avaliação do módulo.

- A classificação obtida pelos formandos, resultante dos vários elementos de avaliação recolhidos durante o módulo, só será afixada nos casos em que atinja o mínimo de 10 valores, sendo nos casos em que tal não acontece traçado o espaço correspondente à inserção da classificação do módulo na pauta de resultados.

- Os alunos que no final de um módulo, depois de ponderados todos os elementos de avaliação recolhidos durante o módulo, não tenham obtido classificação mínima de dez valores poderão realizar uma Prova de Recuperação. Esta prova será sempre mais um elemento de avaliação que será tido em conta, conjuntamente com todos os já recolhidos pelo docente ao longo do módulo, não constituindo em caso algum uma prova de avaliação sumativa autónoma para efeitos de atribuição de classificação no módulo.

- Os alunos que com o elemento adicional de avaliação continuada da Prova de Recuperação não consigam aprovação nos módulos podem consegui-la realizando Exames nas épocas especiais de exames.

- Só serão publicadas as classificações dos alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores em Épocas Especiais de Exames, constituindo-se essas provas como provas de avaliação sumativa autónomas pelo que no caso de obtenção de classificação igual ou superior a 10 valores será essa a classificação do módulo recuperado.

REFERÊNCIAS LEGAIS

De acordo com a legislação em vigor, à data da aprovação dos critérios de avaliação em Conselho Pedagógico.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos deve ter como referência os seguintes domínios:

DOMÍNIO DAS ATITUDES E VALORES

- Hábitos de trabalho / Atenção e intervenção nas aulas;
- Participação nos trabalhos;
- Integração em trabalhos de grupo;
- Assiduidade (entendida como fator determinante na avaliação) e pontualidade;

- Relacionamento pessoal (com colegas, professores e restantes elementos da comunidade educativa);
- Respeito e compreensão pelo seu papel e pelo dos outros;
- Sentido de responsabilidade.
- Iniciativa, autoestima e espírito crítico;

DOMÍNIO DOS CONHECIMENTOS

- Aquisição de conhecimentos (testes, trabalhos individuais e de grupo, relatórios de atividades práticas, organização de dossiers temáticos, ...);
- Progressão na aprendizagem;
- Autoavaliação.

6.1.7.ENSINO PROFISSIONAL

1- A avaliação incide:

- a) Sobre as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação e no plano da Formação em Contexto de Trabalho;
- b) Sobre as competências identificadas no perfil de desempenho à saída do curso.

2 — A avaliação assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando:

- a) Informar o aluno e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;
- b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora;
- c) Certificar os conhecimentos e competências adquiridos;
- d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

3 — A estrutura modular é a forma de organização curricular dos programas das escolas profissionais no processo de ensino/aprendizagem.

4 — O sistema de avaliação deve orientar-se no sentido da promoção da autonomia, responsabilidade e sucesso dos alunos, com base na participação ativa e negociada dos diversos atores.

Avaliação formativa

1 — A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e às demais entidades legalmente autorizadas obter, em cada momento, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

Esta avaliação permitirá também ao aluno conhecer os fatores do seu sucesso e insucesso escolar, de forma a, negociadamente com o professor e/ou tutorialmente, elaborar e implementar planos de ação com vista à organização e desenvolvimento do seu percurso pessoal.

2 — A avaliação diagnóstico-formativa realiza-se ao longo do processo de ensino-aprendizagem e, com carácter formal, no final do 1.º, 2.º e 3.º períodos, em reunião de Conselho de Turma.

3 — Nos casos em que esta se realiza ao longo do ano, deverá envolver apenas o professor e o aluno, num processo negociado e limitado aos objetivos previstos para cada módulo.

4 — Nos casos em que assume um carácter formal, obrigando à reunião do Conselho de Turma, deve implicar uma análise global do desempenho dos alunos, através do registo dos seus êxitos e dificuldades e da deteção das suas causas, para posterior elaboração de um relatório individual descritivo que contemple as suas capacidades de aquisição, aplicação de conhecimentos, de iniciativa, de comunicação, de trabalho em equipa, de cooperação com os outros, de articulação com o meio e de concretização de projetos e que permita traçar o perfil da sua evolução e recomendar estratégias de remediação e planos de recuperação.

5 — Da análise feita sobre o conjunto dos alunos, deverá resultar uma reflexão alargada aos próprios, sobre a situação e o evoluir de cada turma.

Avaliação sumativa

1 — A avaliação sumativa tem como principais funções a classificação e a certificação, perante o grupo, os programas e objetivos curriculares, traduzindo-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas pelos alunos, e inclui:

a) Os objetivos, as formas e os critérios das avaliações que devem ser conhecidos pelos alunos no início ou do ano letivo, ou de cada módulo.

b) A avaliação sumativa realiza-se em cada módulo, com intervenção do professor e do aluno.

c) A notação final de cada módulo deverá ser fruto de uma cuidada ponderação, por parte do professor, dos resultados obtidos através de cada uma das formas de avaliação.

2 — É da competência exclusiva do professor a conceção e organização da avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

3 — A avaliação sumativa expressa-se na escala de 0 a 20 valores e, atendendo à lógica modular adotada, a notação formal de cada módulo, a publicar em pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.

Momentos de avaliação

- A avaliação sumativa ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do professor e do aluno, e, após a conclusão do conjunto dos módulos de cada disciplina, em reunião de conselho de turma.

- Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

- Os momentos da avaliação sumativa no final de cada módulo resultam do acordo entre cada aluno ou grupo de alunos e o professor da disciplina devendo a data da realização ser registada no sumário.

- A avaliação de cada módulo exprime a conjugação da auto e heteroavaliação dos alunos e da avaliação realizada pelo professor, em função da qual este e os alunos ajustam as estratégias de ensino-aprendizagem e acordam novos processos e tempos para a avaliação do módulo.

- A classificação obtida pelos formandos, resultante dos vários elementos de avaliação recolhidos durante o módulo, só será afixada nos casos em que atinja o mínimo de 10 valores, sendo nos casos em que tal não acontece traçado o espaço correspondente à inserção da classificação do módulo na pauta de resultados.

- Os alunos que no final de um módulo, depois de ponderados todos os elementos de avaliação recolhidos durante o módulo, não tenham obtido classificação mínima de dez valores poderão realizar uma Prova de Recuperação. Esta prova será sempre mais um elemento de avaliação que será tido em conta, conjuntamente com todos os já recolhidos pelo docente ao longo do módulo, não constituindo em caso algum uma prova de avaliação sumativa autónoma para efeitos de atribuição de classificação no módulo.

- Os alunos que com o elemento adicional de avaliação continuada da Prova de Recuperação não consigam aprovação nos módulos podem consegui-la realizando Exames nas épocas especiais de exames.
- Só serão publicadas as classificações dos alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores em Épocas Especiais de Exames, constituindo-se essas provas como provas de avaliação sumativa autónomas pelo que no caso de obtenção de classificação igual ou superior a 10 valores será essa a classificação do módulo recuperado.
- A avaliação sumativa incide ainda sobre a formação em contexto de trabalho e integra, no final do 3º ano do ciclo de formação, uma prova de aptidão profissional (PAP) que se rege por normas próprias.

6.2. CRITÉRIOS PARA A PROGRESSÃO E /OU RETENÇÃO DOS ALUNOS EM ANOS NÃO TERMINAIS.

O Conselho Pedagógico aprovou, o seguinte regime de transição para os alunos dos anos não terminais de ciclo, em reunião efetuada em dez de dezembro de dois mil e treze e ratificados em reunião de 11 de maio de 2015, para os 5º; 7º e 8º anos, e em reunião efetuada a três de junho de dois mil e catorze para os 2º e 3ºanos. Assim:

2º e 3º anos

Nos 2º e 3º ano de escolaridade, a decisão de retenção do aluno verifica-se sempre que na apreciação global das aprendizagens o aluno demonstre não ter adquirido os conhecimentos e desenvolvidas as capacidades essenciais nas disciplinas de Português e de Matemática e ter obtido simultaneamente classificação inferior a suficiente nas disciplinas de Português (ou PLNM) e de Matemática para transitar ao ano de escolaridade seguinte.

5º, 7º e 8º anos

Níveis inferiores a 3	1 ou 2		Transita
Níveis inferiores a 3	3	Não incluindo cumulativamente: - Português e matemática	Transita
Níveis inferiores a 3	3	Se Incluir: - Português e Matemática	Não Transita
Níveis inferiores a 3	4 ou mais		Não Transita

7. AVALIAÇÃO DO PDC

A avaliação e revisão do Projeto de Desenvolvimento do Currículo de Agrupamento deve ter lugar no Conselho Pedagógico, no final do ano letivo, sob proposta de uma equipa de acompanhamento constituída para o efeito coordenada por um dos elementos deste órgão.

A apresentação e aprovação do Projeto de Desenvolvimento do Currículo de Agrupamento ocorrerão no último Conselho Pedagógico do ano letivo, sob proposta do Presidente deste órgão.